

Romi Auth, FSP
Gilvander Luís Moreira, O. CARM.

Introdução ao estudo das formas literárias do Primeiro Testamento

A Palavra de Deus em linguagem humana

A Bíblia como Literatura – 2



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Auth, Romi

Introdução ao estudo das formas literárias do Primeiro Testamento :
a palavra de Deus em linguagem humana / Romi Auth, Gilvander Luís
Moreira. – São Paulo : Paulinas, 2021.

432 p. (Bíblia em comunidade – Bíblia como literatura 2)

ISBN 978-65-5808-090-9

1. Bíblia - Linguagem e estilo 2. Bíblia como literatura 3. Bíblia.
N.T. – Estudo e ensino I. Título II. Moreira, Gilvander Luís III. Série

21-3045

CDD 220.66

Índice para catálogo sistemático:

1. Bíblia como literatura 220.66

Direção-geral: *Flávia Reginatto*

Editora responsável: *Vera Ivanise Bombonato*

Copidesque: *Mônica Elaine G. S. da Costa*

Coordenação de revisão: *Marina Mendonça*

Revisão: *Sandra Sinzato*

Gerente de produção: *Felício Calegare Neto*

Capa: *Maryanne França Rodrigues*

Diagramação: *Tiago Filu*

*Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida
por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico,
incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou
banco de dados sem permissão escrita da Editora. Direitos reservados.*

SAB – Serviço de Animação Bíblica

Av. Afonso Pena, 2.142 – Bairro Funcionários

30130-007 – Belo Horizonte – MG

Tel.: (31) 3269-3737 – Fax: (31) 3269-3729

e-mail: sab@paulinas.com.br

Paulinas

Rua Dona Inácia Uchoa, 62

04110-020 – São Paulo – SP (Brasil)

Tel.: (11) 2125-3500

Telemarketing e SAC: 0800-7010081

<http://www.paulinas.com.br> – editora@paulinas.com.br

©Pia Sociedade Filhas de São Paulo – São Paulo, 2021

Dedicamos esta obra a todas e todos que, inspirados na vida dos profetas e das profetisas e na história de luta do povo de Deus, assumem o compromisso incondicional com o projeto revolucionário e libertador de Jesus de Nazaré!

Sumário

Apresentação.....	11
Introdução.....	17
1. Revelação, inspiração e magistério da Igreja.....	21
Introdução.....	21
1.1. Revelação de Deus.....	22
1.2. Inspiração das Escrituras.....	32
1.3. Magistério da Igreja Católica sobre a Bíblia.....	34
Conclusão.....	43
2. A Bíblia hebraica.....	47
Introdução.....	47
2.1. A Bíblia hebraica.....	47
2.2. Cânon da Bíblia hebraica.....	49
2.3. Três partes da Bíblia hebraica.....	50
2.4. Manuscritos de textos bíblicos em hebraico.....	56
2.5. Traduções da Bíblia hebraica.....	57
2.6. Tradução da Bíblia hebraica para o aramaico.....	58
2.7. Tradução da Bíblia hebraica para o grego: a LXX.....	59
2.8. Códigos maiúsculos mais importantes do texto grego.....	62
2.9. Códigos importantes que trazem parte dos escritos bíblicos.....	63
2.10. Revisões judaicas da tradução da LXX.....	64
2.11. Traduções da Bíblia da LXX para línguas antigas.....	67
2.12. Traduções da Bíblia da LXX para o latim.....	68
2.13. Dificuldades na tradução e transcrição dos textos bíblicos.....	70
2.14. Traduções da Bíblia da LXX para as línguas atuais.....	71
2.15. Traduções da Bíblia a partir das línguas originais.....	72
2.16. Conservação e divulgação dos escritos bíblicos.....	73
2.17. Hipótese Documentária do Pentateuco.....	74
2.18. Tipos de leituras da Bíblia.....	76
Conclusão.....	81

3. Formas e gêneros literários do Primeiro Testamento	83
Introdução.....	83
3.1. Formas e gêneros literários.....	86
3.2. A escolha das formas e dos gêneros literários na Bíblia	88
3.3. Motivos formais do gênero.....	90
3.4. Motivos de conteúdo	91
3.5. Importância de determinar o gênero literário de um texto.....	93
3.6. Analogia nos gêneros literários.....	95
3.7. Formas e gêneros literários no Primeiro Testamento.....	96
3.8. Textos em prosa	97
3.9. Mitos de origem em outros povos.....	97
3.10. Mitos nos escritos bíblicos.....	100
3.11. “Etiologia” na Bíblia	110
3.12. Conto bíblico.....	116
3.13. Fábulas na Bíblia.....	118
3.14. Novela bíblica	121
3.15. Anedota: fatos curiosos.....	122
3.16. Saga e lenda na Bíblia	123
3.17. Discursos no Primeiro Testamento.....	128
3.18. Cartas nos livros bíblicos	130
3.19. Algumas metáforas no Primeiro Testamento	131
3.20. Hipérbole presente nos textos bíblicos	133
3.21. A ironia nos escritos bíblicos.....	137
Conclusão	140
4. Formas literárias dos livros proféticos.....	141
Introdução.....	141
4.1. Narrativas de vocação	143
4.2. Textos autobiográficos	158
4.3. Ações simbólicas dos profetas antigos e escritores	159
4.4. Visões do profeta Amós	180
4.5. Interpretação dos fatos e da história segundo Oseias	182
4.6. Oráculo nos livros proféticos	189
4.7. Deus fala hoje?	192
Conclusão	193

5.	História e historiografia	195
	Introdução.....	195
	5.1. Historiografia bíblica.....	196
	5.2. História e historicidade	198
	5.3. Genealogias presentes na Bíblia.....	202
	5.4. Gênero narrativo na Bíblia.....	204
	5.5. Uma palavra sobre a cronologia.....	206
	5.6. O bloco dos livros históricos na Bíblia	211
	5.7. Biografia ou dados biográficos?.....	221
	5.8. Listas na Bíblia	222
	5.9. Anais e crônicas	225
	5.10. Palavra de Deus	227
	Conclusão	228
6.	Textos do gênero sapiencial	231
	Introdução.....	231
	6.1. Origem da sabedoria.....	232
	6.2. Quem é considerado sábio na Bíblia.....	232
	6.3. Literatura sapiencial na Bíblia	234
	6.4. Livro da Sabedoria.....	235
	6.5. O livro dos Provérbios	239
	6.6. Coletâneas de provérbios no livro de Provérbios.....	241
	6.7. Livro de Jó.....	245
	6.8. Livro dos Salmos	247
	6.9. Livro do Cântico dos Cânticos.....	255
	6.10. Livro do Eclesiastes	256
	6.11. Livro do Eclesiástico.....	257
	6.12. Escritos edificantes e de cunho didático	261
	Conclusão	269
7.	Gênero apocalíptico na Bíblia.....	271
	Introdução.....	271
	7.1. Textos apocalípticos do Primeiro Testamento	272
	7.2. Origem da apocalíptica	273
	7.3. Há diferença entre apocalíptica e apocalipse?.....	274
	7.4. Quando se iniciou a apocalíptica?.....	275
	7.5. Principais formas literárias da apocalíptica.....	276

7.6. Visão de Deus na apocalíptica	279
7.7. O pensamento apocalíptico	281
7.8. Gênero apocalíptico	282
7.9. Escritos apocalípticos do Primeiro Testamento.....	284
7.10. Livro de Daniel.....	287
7.11. Os escritos apocalípticos do Segundo Testamento.....	298
7.12. Primeira Carta aos Tessalonicenses 4,13-18.....	299
7.13. Primeira Carta aos Coríntios 15,20-28	301
7.14. Do Evangelho segundo Marcos 13,1-31	301
7.15. Do Evangelho segundo Mateus 24,1-44.....	302
7.16. Do Evangelho segundo Lucas 21,5-37	304
7.17. Segunda Carta aos Tessalonicenses 2,1-12	305
7.18. Segunda Carta de Pedro 3,1-13	306
7.19. Livro do Apocalipse	307
Conclusão.....	330
8. Leitura profética da história da segunda parte	
do livro do Apocalipse	333
Introdução.....	333
8.1. Primeira seção – O céu e a terra (Ap 4,1–5,14)	334
8.2. Segunda seção – Os sete selos (Ap 6,1–8,1)	340
8.3. Terceira seção – As sete trombetas (Ap 8,2–11,19).....	346
8.4. Quarta seção – Confronto entre a comunidade cristã e as Bestas: Três sinais (Ap 12,1–15,4).....	360
8.5. Quinta seção – As sete pragas e as sete taças (Ap 15,5–16,21).....	376
8.6. Sexta seção – Leitura profética da história: o castigo da Grande Prostituta, Babilônia/Roma (Ap 17,1–19,10).....	380
8.7. Sétima seção – Visão apocalíptica do futuro: a Nova Jerusalém (Ap 19,11–22,5).....	394
Conclusão.....	419
Referências bíblicas.....	425

Apresentação

Há uma grande diversidade de formas de comunicação humana, como palavra oral e escrita, sinais, gestos, expressão facial, olhar, toque, libra, arte nas suas diversas expressões, linguagem digital nos diferentes meios, dentre outras. Entre as mais usadas estão a palavra, os gestos e a escrita. Esta última traz inúmeras formas literárias, por meio das quais temos acesso à leitura dos escritos bíblicos, em que essas expressões humanas estão presentes. As formas literárias são a proposta de estudo neste livro, sem cair no tecnicismo. O que importa mesmo é o presente, e não o embrulho, que pode motivar apenas a querer abri-lo. E para os cristãos, de modo especial, o grande presente é a Palavra de Deus, escondida nas expressões, formas e gêneros literários, objeto de nosso estudo.

Um exemplo para ilustrar: a esposa, no dia do aniversário do seu esposo, limpou a casa, perfumou-a, colocou flores espalhadas pelos ambientes, escreveu algumas frases de carinho e amor, vestiu-se elegantemente para recebê-lo, quando chegasse do trabalho. Diversas pessoas passaram pela casa antes de o marido chegar, mas não perceberam que algo sublime e profundo estava acontecendo. Quando o marido chegou, ao abrir a porta, ficou logo contagiado pelo ambiente acolhedor, belo, harmonioso. Ele se sentiu acolhido e amado pela esposa. Não foi necessário nem mesmo dar-lhe os parabéns. Ele entendeu o sentido dos gestos e da Palavra que a esposa lhe queria dizer. Todo o arranjo era como o gênero literário em forma diversificada de cores, movimentos, luzes, beleza.

Assim será nosso estudo, diversificado nos seus gêneros e nas suas formas, para atrair a nossa atenção e abrir o nosso

desejo de conhecer mais e mais a Palavra de Deus, entendendo-a melhor nas suas formas e nos seus gêneros literários presentes na Bíblia. Muitas e muitos deles já são conhecidos e também usados na nossa língua, diariamente. Este estudo será feito por meio do aprofundamento e da análise de textos e perícopes¹ relacionados com as diversas formas e gêneros literários, como chaves de leitura para estes e outros textos bíblicos.

Você deve estar se perguntando: será mesmo importante o conhecimento das formas e dos gêneros literários na Bíblia? Será que vou me interessar? Comece! Logo verá que pouco a pouco a leitura de qualquer texto vai chamar mais a sua atenção e despertar maior interesse de crescer no conhecimento bíblico. A pessoa deseja ser entendida naquilo que lhe é peculiar e quer ser respeitada naquilo que ela é! Assim, o texto é como a pessoa; se não entendermos o que ele quis dizer nas suas diversas formas e no seu gênero literário usado, não poderemos colher a beleza de sua mensagem. Por exemplo, uma profecia precisa ser lida e interpretada como profecia; um salmo faz parte do gênero poético, precisa ser lido e entendido como poesia; uma alegoria ou um relato de milagre não pode ser interpretado como uma narrativa histórica, e assim por diante.

No dia 15 de julho de 2000, durante o 10º Encontro Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), em Ilhéus, Bahia, foi lida uma carta-mensagem das CEBs para todas as comunidades cristãs do Brasil. As pessoas que participaram do encontro gostaram muito da experiência vivida. Depois da leitura da carta-mensagem, subiu ao palco um “repentista” nordestino que apresentou a mesma carta em forma

¹ Perícope é uma palavra de origem grega que quer dizer “cortar ao redor” de um texto que forma um sentido completo, que tem uma unidade textual com início, meio e fim. Trata de um mesmo assunto, geralmente não muda de personagens, nem de local nem de tempo. Se mudar o assunto, os personagens, o tempo e o local, já é outra perícope, isto é, outra unidade textual.

de cordel, com a expressão da espontaneidade nordestina. Foi aplaudido calorosamente por milhares de pessoas que estavam presentes na celebração final. A forma “cordel” com que foi veiculada a mensagem tocou muito mais do que a simples leitura do texto feito de forma narrativa. Eis a importância e a força da *forma* de expressão e de um *gênero literário* na hora da sua interpretação.

As línguas são veículos de comunicação por excelência entre as pessoas. Cada povo tem a sua língua, muitas vezes mais de uma, com ou sem dialetos. A cultura de um povo é veiculada também pela sua linguagem. Traduzir é um processo difícil e um grande desafio. Não basta traduzir palavra por palavra, é preciso dar sentido ao que é traduzido. Uma boa tradução exige dupla fidelidade: ao autor, à língua na cultura original e aos leitores e às leitoras na língua e cultura receptora. As dificuldades do processo de tradução fizeram nascer um provérbio popular: “Todo tradutor é um traidor”. As traduções muitas vezes não conseguem transmitir o sentido original do texto, por faltar a palavra ou o conceito na língua em que é feita a tradução, e também a perspectiva ideológica do tradutor influencia na tradução.

A língua é viva e dinâmica, e não algo estático que não muda. O sentido das palavras, muitas vezes, não é unívoco, mas com frequência palavras e conceitos caem em desuso; novas palavras e novos conceitos são criados e recriados. A mesma realidade passa a ser expressa por palavras diferentes e pode adquirir também sentidos diferentes, dependendo do contexto geográfico onde são usadas. Por exemplo, a palavra *embaraçada*, no Nordeste, pode significar gravidez, enquanto no Sul representa pessoa que está atrapalhada.

A língua portuguesa tem atualmente em torno de 450 mil palavras. Estima-se que todo ano surjam de três a quatro

mil palavras novas e desapareçam outras três mil e quinhentas palavras. Do mesmo modo, com o tempo, pode mudar também o sentido de muitas palavras, o vocabulário, o tipo de escrita, a pronúncia, a acentuação etc. E palavras diferentes, em regiões diferentes, podem também ter significados semelhantes. O português arcaico é muito diferente do português moderno. Por exemplo, não se escreve mais farmácia com ph (*pharmacia*) como antigamente.

As pessoas expressam os seus pensamentos e sentimentos de muitas formas: por meio da música, pintura, escultura, arquitetura, gestos, sinais, palavras, mímica, na linguagem de libra e outras; porém, é pela forma *literária* que se consegue revelar o que se pensa e se sente de maneira oral ou escrita. Não foi diferente com o povo da Bíblia, cujos escritos chegaram até os nossos dias por meio da palavra humana escrita. Deus serve-se de homens e mulheres para transmitir a sua mensagem. Por isso, faz-se necessário conhecer os modos de pensar e de expressar do povo da Bíblia, que para eles eram Palavras Sagradas, reveladas pelo Deus “Um” e sob a sua inspiração.

O livro *Introdução ao estudo das formas literárias do Primeiro Testamento: a Palavra de Deus em linguagem humana* faz parte do terceiro nível do Curso Bíblia em Comunidade, de formação sistemática sobre a Bíblia. O primeiro nível estuda a Visão Global da Bíblia, levando em conta o contexto histórico, geográfico e os escritos bíblicos nos possíveis lugares onde surgiram; o segundo nível aborda as diferentes visões de Deus que perpassam os escritos, dando origem às Teologias Bíblicas; e o terceiro nível é o estudo da Bíblia como literatura. Nele se estudam as diferentes formas e gêneros literários com métodos apropriados para aprofundamento das Sagradas Escrituras.

Muitas lideranças leigas, formandas para a vida religiosa, seminaristas e padres já passaram por essa experiência do curso “Bíblia em Comunidade” e são agradecidos pelo

aprofundamento da Palavra. Tantos e tantas se tornaram verdadeiros apóstolos no anúncio dela em suas comunidades, paróquias e dioceses, com uma dedicação incansável ao Reino de Deus, que é de justiça, paz e amor.

Aposte e verá!

Introdução

Este livro, *Introdução ao estudo das formas literárias do Primeiro Testamento: Palavra de Deus em linguagem humana*, apresenta uma multiplicidade de formas e gêneros literários já conhecidos por grande parte das leitoras e dos leitores, aos quais nem sempre se dá a devida importância, seja pela aridez de seu estudo, seja pelo seu grande número. Aqui serão abordados os mais usados pelos autores para melhor compreensão da mensagem de seus escritos.

O estudo será feito em oito capítulos e inicia-se pela compreensão do que se entende por *revelação*, *inspiração* e *magistério da Igreja*. Os três temas estão relacionados a sua compreensão própria. A iniciativa de se revelar é de Deus, que quis, por amor, o cosmos e tudo o que nele existe, para a sua glória e a salvação da humanidade. Deus está na origem de toda forma de vida, tudo criou e continua criando com amor e perfeição. A inspiração divina diz respeito aos livros canônicos da Bíblia Sagrada, e o magistério da Igreja leva em conta a tradição da Igreja e os seus ensinamentos oficiais contidos em documentos. Disso trata o *capítulo 1*.

Como surgiu a Bíblia? Quais os documentos que estão na base da primeira Bíblia, que surgiu em meio ao povo judeu, em diversos lugares e em diferentes épocas? Trata-se da Bíblia hebraica, que traz a maior parte dos livros do Primeiro Testamento. No *capítulo 2*, então, serão apresentadas as partes dessa Bíblia: sua divisão interna, o número de livros que possui, as diversas línguas, antigas e atuais, para as quais foi traduzida, os tipos de leituras.

O *capítulo 3* entra propriamente no tema específico deste livro: o estudo das *múltiplas formas literárias presentes no Primeiro Testamento, nos principais gêneros literários* dos escritos bíblicos. Os motivos podem estar na base das escolhas de uma ou outra forma, as quais dependem de motivos formais e de conteúdo. O seu conhecimento pode favorecer o entendimento e a compreensão da mensagem que a Palavra quer passar às suas leitoras e aos seus leitores.

Com certeza, os que estão lendo este livro já leram ou ouviram falar sobre etiologias, contos, fábulas, novelas, anedotas, sagas, mitos, lendas, discursos, cartas, metáforas, hipérboles e ironias, mas talvez pensem que algumas não possam existir na Bíblia. Ou, ainda, não se deram conta disso ou nada entenderam. Contudo, essas formas literárias têm igualmente importância e desejam passar uma mensagem aos seus leitores e leitoras. Eis o assunto do *capítulo 4*.

Cada gênero literário tem diversas formas literárias características, como o gênero literário profético do *capítulo 5*. Ele traz relatos de vocação e a forma literária que mais o caracteriza, os oráculos proféticos: oráculos de salvação, oráculos de juízo, oráculos de acusação, oráculos de condenação. Além disso, há a disputa conhecida como *rîb*, ameaças, maldições, visões, gestos simbólicos, bênçãos, promessas e ditos proféticos.

Muitas pessoas se perguntam se é possível classificar na Bíblia dados históricos, uma vez que não é a preocupação principal de quem a lê. Nesse sentido, no *capítulo 6* será trabalhado o *gênero historiográfico* e, nele, algumas formas específicas, como: biografia, listas, anais, crônicas, o bloco dos livros classificados na Bíblia como históricos, narrativas épicas, genealogias e etiologias. Em meio a muitas narrativas, encontramos elementos históricos.

Os dois últimos capítulos, 7 e 8, apresentam os escritos cujo fundo histórico retrata a perseguição e o sofrimento vivido

pela comunidade judaica no período do rei dos selêucidas, Antíoco Epífanes IV, no século II da a.E.C., e a perseguição dos cristãos no período da dominação do Império Romano. Além disso, trabalham todos os textos e livros bíblicos que carregam as características do *gênero literário apocalíptico*. Os escritos são do Primeiro e do Segundo Testamento, e integram esse bloco os textos proféticos de Isaías, Ezequiel, Zacarias, Joel, o livro de Daniel; os textos apocalípticos presentes nos evangelhos sinóticos: Marcos, Mateus, Lucas; as Cartas Proto-Paulinas: 1 Tessalonicenses, 1 Coríntios; as Cartas Dêutero-Paulinas: 2 Tessalonicenses; as Cartas Católicas: 2 Pedro, e as sete cartas dirigidas às sete igrejas da Ásia Menor, do livro do Apocalipse.

Portanto, no *capítulo 7* trataremos do estudo do *gênero sapiencial*, sendo suas formas mais características: provérbios ou *mashal*, metáforas, cânticos, tipos de salmos, lamentações, enigmas, sentenças, alegoria, hinos etc. Nesse gênero literário há um bloco de livros que traz com maior intensidade tais formas literárias: os livros sapienciais, composto de sete livros.

Por fim, o *capítulo 8* faz *uma leitura profética da história*, por meio do último livro da Bíblia, o Apocalipse. Nele, há uma leitura da experiência cristã em meio à perseguição e ao sofrimento das comunidades cristãs que viviam em todo o Império Romano. Esses escritos sustentavam de modo especial a resistência e a fé dos cristãos do século I ao IV da E.C., quando eles sofriam perseguições violentas por causa de sua fé em Jesus Cristo e do seu testemunho. Sua linguagem, em grande parte, é carregada de símbolos estranhos que necessitam de uma explicação para adquirir significado real e profundo, que o seu autor deseja comunicar para alentar seus leitores, leitoras e ouvintes. É um livro de conforto na fé, de resistência na luta e de uma profunda esperança cristã.

O objetivo deste estudo é ajudar as pessoas sedentas de fé a entenderem e viverem a Palavra de Deus, a captarem a

mensagem e a apreciarem a riqueza da diversidade de *formas e gêneros literários* presentes na Bíblia. Conhecendo-os, terão condições de fazer uma correta interpretação dos textos bíblicos e compreender melhor a mensagem que os autores e as autoras da Bíblia quiseram passar para leitoras e leitores de ontem e de hoje.

Eis por que é importante que o texto bíblico seja lido levando em conta sua forma e seu gênero literário, tendo presente que a tradição oral está na origem da formação do texto escrito. Para isso, o “situação vital” (o *Sitz im Leben*) em que se formou a Bíblia, que envolve as circunstâncias, as condições, os meios de conservação, proteção e a transmissão de sua mensagem, levando em conta as dificuldades pelas quais passou até chegar a sua redação final. Todos eles são veículos de comunicação da Palavra.

A apresentação das formas e dos gêneros literários ajuda o leitor e a leitora a fazer uma leitura responsável e consciente, como, por exemplo, distinguir um provérbio dos escritos sapienciais, de uma lista historiográfica, de um enigma (Jz 14,14), de uma saga etiológica (Gn 49,1-28), de um cântico de louvor (1Sm 2,1-11), de um cântico de vitória em uma batalha (Jz 5), de um texto jurídico (Lv 18,1-23), de um oráculo profético, de um texto apocalíptico (Ap 12,1-17).

Boa leitura e bom estudo!

Capítulo 1

Revelação, inspiração e magistério da Igreja

“Toda obra literária é uma obra aberta.”
(Humberto Eco)

Introdução

Muitas pessoas pensam que a Bíblia é um livro “caído” do céu; que ela foi toda ditada pelo Espírito Santo diretamente aos seus autores e autoras, os quais escreveram somente aquilo que dele ouviram. Não conseguem fazer uma leitura mediada a partir da realidade humana, contextualizada no tempo em que foi escrita, nas condições reais da época. Sem dúvida, a Bíblia é um livro inspirado pela ação do Espírito Santo, mas não de modo mágico e automático como muitas pessoas pensam. Sem dúvida, o Espírito Santo é o inspirador das Sagradas Escrituras, revelando-se a nós à maneira humana; por isso, o intérprete deve investigar com atenção o que os hagiógrafos queriam manifestar por meio de suas palavras.¹

Alguns pressupostos são necessários para compreendermos bem o estudo sobre as formas e os gêneros literários presentes no Primeiro e no Segundo Testamento, como a *revelação*, a *inspiração bíblica* e o *magistério da Igreja*. Todo estudo

¹ CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Dogmática *Dei Verbum*: sobre a revelação divina. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 16.

das Escrituras tem sua importância e não pode ser minimizado, a fim de se alcançar uma reta compreensão dos textos que foram acolhidos pela comunidade judaica e cristã como revelados, inspirados e, por isso, sagrados.

1.1. Revelação de Deus

O conceito de revelação² não se encontra definido na Bíblia e não existem termos apropriados para falar dela, a não ser a expressão privilegiada de “Palavra de Deus ou do Senhor”, muito frequente, sobretudo, na boca dos profetas.³ A revelação é um conceito bíblicamente complexo que compreende ações, gestos e palavras, cuja mensagem faz parte da livre iniciativa de Deus na sua relação com o ser humano. Tanto na tradição judaica quanto na cristã, todas as páginas da Bíblia são consideradas Palavra de Deus. Diz a homilia aos Hebreus que Deus falou muitas vezes e de muitos modos nos tempos passados.

Muitas vezes e de modos diversos falou Deus, outrora, aos Pais pelos profetas; agora, nestes dias que são os últimos, falou-nos por meio do Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas, e pelo qual fez os séculos. É ele o resplendor de sua glória e a expressão de sua substância; sustenta o universo com o poder de sua palavra; e depois de ter realizado a purificação dos pecados, sentou-se nas alturas à direita da Majestade, tão superior aos anjos, quanto o nome que herdou excede o deles (Hb 1,1-4).

A livre iniciativa de Deus revela-se no fato *falar-nos outrora* pelos profetas e profetisas, e *hoje por meio de seu*

² MAGGIONE, B. Revelação. In: ROSSANO, P.; RAVASI, G.; GIRLANDA, A. *Nuovo Dizionario di Teologia Biblica*. Torino: Paoline, 1988. p. 1361-1376.

³ Is 1,10; 28,14; 38,4; 66,5; Jr 1,2.4.11.13; 2,1.4.31; 18,1; Ez 1,3; 6,13; 7,1; 12,1.8.17.21.25.26; 38,1; Os 1,1; 4,1; Jl 1,1; Am 8,11.12; Jn 1,1; 3,1; 3,3; Mq 1,1; 2,7; 4,2; Sf 1,1; 2,7.8; Ag 1,1.3.12; 2,1.5.10.20; Zc 1,1.6.7.13; 7,4.8; 8,18.

Filho, Jesus. Essa iniciativa nasce do seu mistério de amor gratuito, que deseja se encontrar com o ser humano não por meio de técnicas ascéticas ou contemplativas, ou ainda místicas, mas por meio da sua *Palavra, viva e eficaz*, que chega de pessoa a pessoa, face a face. Ele a interpela e espera dela uma resposta. É uma revelação pública, dirigida “aos pais” e a “nós” por meio da criação, da sua ação na história, por meio dos oráculos proféticos, e, nos últimos tempos, por meio de Jesus Cristo, em sua realidade histórica visível e insuperável de Deus, seu Pai.

Como Deus se revelou no passado? De muitos modos, como fala o texto, por meio da experiência fundante de Israel vivida no êxodo, para torná-lo conhecido em vista da salvação de seu povo e por meio da releitura da própria história à luz da fé de Israel e pela palavra profética.

No Primeiro Testamento

A revelação de Deus se dá gradualmente e não nasce do nada, mas da sua iniciativa gratuita, atuando na realidade em que vive o seu povo. Deus realizou muitos sinais em favor do povo, na experiência do êxodo, que precedem ao conhecimento de Deus; ele se revela agindo na história. Israel entendeu que não só os acontecimentos do êxodo são reveladores de sua presença, como também o chamado do universo à vida, o chamado de Abraão, de Moisés, a libertação do Egito, a revelação no Sinai e a promulgação da Lei, bem como a história bíblica na sua totalidade. No centro do credo histórico de Israel (Dt 26,5a-10a), encontra-se o evento do êxodo, quando o povo percebe que as ações de Deus não podem ser reduzidas a causas históricas dos protagonistas humanos. Elas são a maravilhosa ação de Deus na história do povo de Israel.

A experiência do êxodo foi a mais marcante que ficou na memória do povo ao longo de toda a sua história, e ela retorna

em épocas diferentes, retomando os diferentes fatos que se sucederam nela:

Eu vi, eu vi a miséria do meu povo que está no Egito. Ouvi seu grito por causa dos seus opressores; pois eu conheço as suas angústias. Por isso, desci a fim de libertá-lo da mão dos egípcios, e para fazê-lo subir desta terra para uma terra boa e vasta, terra que mana leite e mel, o lugar dos cananeus, dos heteus, dos amorreus, dos ferezeus, dos heveus e dos jebuseus (Ex 3,7-8).

O povo, ao fazer memória desses eventos, meditando sobre eles, descobre os atributos de Deus e o estilo da sua ação (Sl 136,10-15). Essa é a chave de leitura que o povo escravizado encontrou para reler os acontecimentos antes e depois desse evento central, os quais são percebidos como ponto de partida, modelo e promessa para as futuras ações de Deus.⁴ Desde a criação, na experiência do êxodo e em toda a história do povo de Israel, Deus revela-se providência e misericórdia.

O povo tem consciência de que a iniciativa da revelação de Deus é livre e gratuita, como testemunha igualmente o livro de Deuteronômio:

Interroga, pois, os tempos passados, que te precederam, desde o dia em que Deus criou o homem sobre a terra: de uma ponta do céu até a outra, existiu já uma coisa tão grande como esta? Ouviu-se algo de semelhante? Existe um povo que tenha ouvido a voz do Deus vivo falando do meio do fogo, como tu a ouviste, e que tenha permanecido vivo? Ou um deus que tenha vindo para tomar para si uma nação, do meio de outra nação, com provas, sinais, prodígios e combates, com mão forte e braço estendido, por meio de grandes terrores, como tudo o que o vosso Deus realizou no Egito, em vosso favor aos vossos olhos? (Dt 4,32-34).

⁴ 2Mac 7,14-17; Is 10,20-26; Ez 20,32-44.

A *libertação da escravidão do Egito* é um fato histórico, e não uma verdade abstrata; por isso, ela torna Deus o Senhor da história. Um dos traços essenciais da revelação é a presença do mediador. Deus age em favor de todo o povo de Israel e o envolve todo, passando pela mediação de Moisés. Ele é o enviado de Deus ao povo (Ex 3,14). Deus o acompanha com a sua presença e o poder dos seus “sinais”, garantindo a origem divina das palavras que ele profere ao povo (Ex 3,12; 4,5).

Deus se revela pela sua ação na história para tornar-se conhecido, como o fez contra os egípcios que oprimiam o seu povo, “para que saibais que eu sou o Senhor” (Ex 10,2).⁵ Ainda mais explícito está em Ex 8,6: “Seja conforme a tua palavra, para que saibas que não há ninguém como o Senhor nosso Deus”.⁶ Ele se revela em busca de um diálogo com o ser humano, mesmo que ele continue sendo um mistério inacessível aos humanos, ainda que as Escrituras relatem que Deus falava com Moisés face a face, como um ser humano fala com outro, sem mostrar o seu rosto (Ex 33,11).

De fato, Deus não revela a Moisés o seu rosto, pois, na concepção antiga, o rosto representa o aspecto mais profundo da personalidade. Em Deus, revela-se o esplendor que circunda a sua presença, a bondade e a misericórdia que acompanham as suas ações (Ex 34,6), ainda que não seja a plenitude do seu ser.

Deus intervém na história para *salvar o seu povo*, como o salvou das garras do faraó e tornou-se o aliado fiel, no qual encontra apoio, vida e segurança. Ele *manifesta a Israel a sua Lei, as exigências da nova aliança* e o caminho a ser percorrido na senda das “dez palavras”, ou seja, os mandamentos, para ser-lhe fiel (Ex 34,28). Mas essa salvação não foi plenamente

⁵ Também: Ex 7,5; 7,17; 14,4; 16,7.

⁶ Outros textos: Ex 9,13-14; Dt 4,35.

cumprida e aparece como *promessa* nas palavras dos profetas e profetisas.

As narrativas de origem em Gn 2–3 trazem a revelação divina e sua livre iniciativa por meio da reflexão e da meditação do ser humano, que lê a própria história à luz da sua fé. Se confrontarmos essas narrativas com uma forte sintonia cultural e existencial com os problemas e as ideias dos povos circundantes, sob o enfoque de narrativas mitológicas, o autor javista introduz a própria experiência histórico-religiosa: a fé no Deus Um, que salva o seu povo do pecado, porque ele é fruto da ruptura da aliança.

No profetismo, a revelação é entendida como palavra. Palavra de condenação ou de salvação. Uma Palavra que lê os desígnios de Deus no presente e desvela os seus planos para o destino futuro de Israel. Essa Palavra que vigia sobre cada decadência que o povo vive na experiência religiosa, criticando as falsas interpretações da revelação e dos falsos mediadores. Cada profeta faz a experiência do chamado de Deus à vocação profética. Não se trata, portanto, de uma escolha pessoal, pois muitos relutam até aceitar o chamado a essa missão; por isso, têm a certeza de que a Palavra que eles anunciam é de Deus, e não sua. Eles falam em nome de Deus ao povo.

O profeta é o enviado de Deus e faz a leitura dos fatos no momento em que os vive à luz da aliança com Deus, e não tem medo de afirmar: “Palavra do Senhor”; “O Senhor disse”; “O Senhor me fez ver”. Não resta dúvida de que se trata de uma experiência religiosa profunda, de um encontro pessoal com Deus. Ele tem o conhecimento imediato da vontade de Deus, porque vive em sintonia com ele e quer o bem do seu povo, percebendo quando há injustiça, exploração do fraco, do pobre, e não tem medo de denunciar as injustiças e apontar os criminosos. Ele é um inspirado por Deus e busca ser fiel ao seu projeto, mesmo que isso lhe custe a própria vida.

No Segundo Testamento

A revelação de Deus chegou ao auge na plenitude dos tempos, quando ele enviou o seu Filho, nascido de uma mulher (Gl 4,4). Ele é a imagem visível do Deus invisível, que veio revelar-nos a face do Pai, como afirmam os evangelhos e o apóstolo Paulo. Segundo o Evangelho segundo João, ele é o Verbo encarnado que veio morar entre nós (Jo 1,14). Essa revelação é histórica, progressiva, acontece ao longo da história por meio de gestos e palavras, pela mediação dialógica e pessoal, que revela o pensamento de Deus ao ser humano. Sua revelação é trinitária, como se revela no batismo (Mc 1,9-11) e na transfiguração de Jesus (Mc 9,2-8); é cristológica em Jesus de Nazaré (“Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo”), Deus, Uno e Trino. O homem Jesus vive a história humana e é Palavra do Pai. Ele é a imagem visível do Deus invisível (Cl 1,15-20).

Revelação de Jesus nos evangelhos sinóticos

Os evangelhos sinóticos revelam a manifestação por excelência de Deus, ao narrarem o testemunho, os ensinamentos e a prática de Jesus no meio do povo. Caso se observe atentamente o que Jesus fez e ensinou, percebe-se que, se por um lado, suas palavras e seus gestos revelam a força transformadora e o seu poder de Deus, por outro, mostram uma espantosa debilidade que parece desmentir essa força e esse poder. Ele não faz a demonstração de um milagre a pedido dos fariseus, para confirmar a sua origem (Mc 8,10-13). “Feliz quem crê sem ver” (Jo 20,29), afirma Jesus a Tomé. Os milagres vão diminuindo à medida que se aproxima a paixão de Jesus. Não há dúvidas de que a cruz de Jesus é um fracasso, sob o olhar humano; no entanto, sob o olhar da fé, é nessa fragilidade que se revela o poder de Deus, pela ressurreição.

Nos evangelhos sinóticos, Jesus se revela na busca constante dos pobres e dos pecadores: não faz acepção de pessoas,

perdoa a todos, e, mesmo que não seja aceito pela sua prática, esta revela o rosto misericordioso de Deus, que passa pela mediação histórica da vida e ação de Jesus. Para os evangelhos sinóticos, Jesus é o único revelador de Deus, porque só ele é o Filho, e, ao mesmo tempo, é o revelado pelo Pai; o mistério da sua pessoa se torna inacessível à “carne e ao sangue”, e não o reconheceríamos sem a revelação do Pai (Mt 16,17), no batismo (Mc 1,9-11) e na transfiguração de Jesus (Mc 9,2-8).

Jesus se serve também das parábolas como linguagem da revelação para falar de Deus, do Reino e de si mesmo. É impossível falar do mistério de Deus e de seu Reino senão por meio de parábolas, em uma linguagem que ao mesmo tempo esconde e revela, é luminosa e obscura. Elas não nos conduzem, pela nossa experiência, diretamente a Deus, mas nos fazem passar pela experiência de Jesus. A sua história é passagem obrigatória para chegar ao mistério do Reino.

O mistério escondido e agora revelado, segundo Paulo

A palavra mistério, na verdade, revela um vocabulário amplo que pode ser identificado com o evangelho, o *kerigma*, a revelação, os escritos proféticos, o conhecimento, a Palavra de Deus. Esse mistério se manifestou em Jesus Cristo e nos foi transmitido pelos apóstolos e pela Igreja, mas o protagonista interior que o revela e atualiza é o Espírito Santo.

Àquele que tem o poder de vos confirmar segundo o meu evangelho e a mensagem de Jesus Cristo, revelação de mistério envolvido em silêncio desde os séculos eternos, agora, porém, manifestado e, pelos escritos proféticos e por disposição do Deus eterno, dado a conhecer a todas as nações, para levá-las à obediência da fé (Rm 16,25-26).⁷

⁷ Outros textos: 1Cor 2,6-10; Cl 1,25-27; Ef 3,2-12.

A função do Espírito Santo é indispensável: “A nós, porém, Deus o revelou pelo Espírito. Pois o Espírito sonda todas as coisas, até mesmo as profundidades de Deus” (1Cor 2,10).

A revelação do mistério é ao mesmo tempo um fato teológico e eclesial, como afirma a carta aos Efésios: “Para dar agora a conhecer aos Principados e às autoridades nas regiões celestes, por meio da Igreja, a multiforme sabedoria de Deus” (Ef 3,10). O mistério já estava presente nas Escrituras, mas se revelou pela luz de Cristo, embora os cristãos esperem, ainda, a plena revelação de Jesus Cristo (1Cor 1,7). Mesmo assim, esse mistério revelado torna-se acessível somente pela fé, e não pela visão.

O apóstolo Paulo acentua a contraposição entre passado e o momento presente, porque ele quer ressaltar a unicidade e a novidade da revelação em Cristo, mesmo que esteja em continuidade com os escritos proféticos (Rm 16,26). A revelação do mistério é feita a todos os crentes com dimensões universais e a todas as nações. O conteúdo desse mistério é o projeto divino de salvação: “Ensinamos a sabedoria de Deus, misteriosa e oculta, que Deus, antes dos séculos, de antemão destinou para a nossa glória” (1Cor 2,7). É um projeto global que diz respeito ao sentido último de toda a criação. Segundo a Carta aos Efésios, é um projeto de comunhão e de reunificação da humanidade em Cristo e na Igreja, em um único corpo (Ef 3,6).

Na revelação de João, Jesus se fez carne

São temas centrais no Evangelho segundo João a revelação, a fé e, em contraposição, a incredulidade. Estes podem se traduzir também pelos vocábulos: logos (palavra), luz, glória, verdade, manifestar, ver, compreender, crer, testemunhar. A história da revelação se desenvolve em três níveis: na história universal, na história de Israel e na história de Jesus. Nas três se evidencia a mesma dialética de revelação e rejeição. Por essa

razão, João vê como se a história de Jesus fosse a interpretação da história universal. Na historicidade e na fragilidade, a Palavra de Deus se torna carne. Jesus é a revelação de Deus que se dá na carne, ou seja, de forma velada, carregada de debilidade e relatividade. Deus não escolheu uma manifestação gloriosa.

Essa manifestação gloriosa diz respeito à humanidade de Jesus e aos sinais que ele realizou ao longo de sua vida, os quais o conduziram à cruz e à ressurreição, que, para João, é a glori-ficação. Em toda a sua vida, Jesus revelou Deus, cujo ápice está na cruz, onde foi transpassado. A palavra feita carne, afirma João: “é plena de graça e de verdade” (Jo 1,17), e ela veio por meio de Jesus Cristo. Ele é a palavra do Pai, voltada para o Pai em uma atitude de escuta e obediência (Jo 4,34). “Ele era a luz verdadeira que ilumina a todo homem que vem a este mundo” (Jo 1,9).

Para o evangelista João, não há possibilidade de compreender Jesus e sua palavra, tornar-se testemunhas, participar da vida divina, de entrar em comunhão com o Pai, sem o dom do Espírito Santo. Sua tarefa é interiorizar e atualizar a palavra de Jesus: “O Paráclito, o Espírito Santo que o Pai enviará em meu nome, vos ensinará tudo e vos recordará tudo o que vos disse” (Jo 14,26). O Espírito não se afasta da tradição histórica de Jesus e da tradição eclesial, que são a sua continuidade. O ensinamento da tradição e da Igreja é o ensinamento do Jesus histórico; eles o interiorizam e o fazem presente em toda a sua plenitude. Uma revelação interior, viva, atual e progressiva.

Elementos constantes da revelação

A revelação bíblica acontece na *história*,⁸ em que Deus atua ao longo da caminhada de libertação do seu povo. Ela se faz presente na transitoriedade humana, ou seja, no tempo e

⁸ Cf. MORALDI, L. Rivelazione. In: ROSSANO, P.; RAVASI, G.; GIRLANDA, A. *Nuovo Dizionario di Teologia Biblica*, p. 1375.

no espaço com a progressividade de um caminho com início, realização e cumprimento em Cristo Jesus. Isso não significa dizer que foi um caminho sem tensões, retrocessos e avanços. O caminho da revelação se faz nessa história e por meio da palavra que a interpreta e orienta. Ela parte dos acontecimentos históricos; a iluminação interior confere ao profeta/profetisa ou à comunidade a inteligência de ler, à luz de Deus, os acontecimentos, seja pela palavra oral, seja pela escrita, fazendo a leitura e a interpretação dos fatos.

A revelação bíblica não é mágica. Ela passa pela *mediação* humana não só porque a palavra chega até nós por meio dos profetas/profetisas e dos/as apóstolos/as, como também porque ela é histórica, necessitando da mediação para ser transmitida e atualizada ao ser humano que a acolhe. Não há nenhuma contraposição entre a iniciativa de Deus e a experiência humana. A revelação é o entrelaçar-se de movimentos horizontais e verticais, históricos e sobrenaturais da iniciativa livre e gratuita de Deus e das reflexões do ser humano.

Ainda, a revelação é *dialógica e pessoal* por meio do encontro de Deus com o ser humano, que se coloca em uma atitude de escuta e obediência. É um diálogo profundo, vital; não só troca de conhecimentos. Deus fala com o ser humano para salvá-lo e torná-lo participante da sua vida divina. Podemos dizer que a revelação é, ao mesmo tempo, teológica e antropológica, porque revela o mistério de Deus e a vocação humana. Deus revela o seu desígnio sobre o ser humano, a história, dá normas de conduta, explica os acontecimentos ao ser humano de como viver. Deus se revela em uma comunhão de pessoas, em um diálogo de conhecimento e de amor, no qual o ser humano é inserido pela fé.

A revelação manifesta-se *trinitária*, em que as três pessoas da Trindade estão na origem com modalidades próprias da revelação: o Pai tem a iniciativa de buscar comunhão com

o ser humano; Jesus Cristo é a revelação plena do amor do Pai e do Espírito Santo. É ele quem interpreta e atualiza as palavras, gestos e sinais que Jesus realizou. Os três – Pai, Filho e Espírito Santo – são a revelação máxima, para a qual tudo converge.

Jesus Cristo é, ao mesmo tempo, o revelador e o revelado nas Sagradas Escrituras. Ele é revelador do Pai e do Espírito Santo e de si mesmo, ao realizar o projeto do Pai. Jesus é o revelado pelo Pai: “Tu és meu Filho amado, em ti me comprazo” (Mc 1,11), como também na transfiguração: “Este é o meu filho amado, em quem me comprazo, ouvi-o” (Mt 17,1-8). A estrutura dessa revelação é *cristológica*. Nele, a revelação encontra o seu cumprimento pleno, enquanto no Primeiro Testamento a espera de Cristo é incompleta e ainda não realizada. No Segundo Testamento, mesmo que o Cristo seja a revelação máxima, mas, no “ainda não”, será plena só na escatologia, no fim dos tempos; enquanto estamos no tempo presente, resta sempre uma revelação na fé.

A revelação é sempre iniciativa de Deus em busca do ser humano, a quem se revela de mil formas desde a criação do universo, do próprio ser humano e ao longo da sua história. Ao registrar essas experiências de encontro com os hagiógrafos, são estes mesmos que reconhecem, novamente, que é Deus quem os inspirou e os conduziu para que escrevessem tudo aquilo que é da sua vontade, e para a nossa salvação.

1.2. Inspiração das Escrituras

No documento do Concílio Vaticano II, Constituição Dogmática *Dei Verbum*, sobre a revelação divina, os Padres conciliares afirmam, com convicção, que todos os escritos da Sagrada Escritura foram inspirados pelo Espírito Santo:

[...] consideram como sagrados e canônicos os livros inteiros tanto do Antigo como do Novo Testamento, com todas as suas partes. Todavia, para escrever os Livros Sagrados, Deus escolheu e serviu-se de homens na posse das suas faculdades e capacidades para que, agindo neles e por meio deles, pusessem por escrito, como verdadeiros autores, tudo aquilo e só aquilo que ele quisesse.⁹

Como esses livros foram escritos por homens e mulheres, à maneira humana, quem interpreta as Sagradas Escrituras deve investigar com atenção o que os hagiógrafos quiseram dizer, e aprouve a Deus revelar por meio deles. Para isso, devem ser levados em conta os gêneros literários para descobrir o sentido que os hagiógrafos, segundo as condições de tempo e cultura, quiseram expressar. Havia entre os homens de Deus profetas e profetisas, sacerdotes e sábios de Israel (Jr 18,18), que foram considerados mediadores da mensagem divina, cuja autoridade é inquestionável.

Quando os autores do Segundo Testamento citam o Primeiro Testamento, referem-se aos seus autores e autoras, aos quais conferem um valor divino. A Igreja reconhece também nas palavras desses profetas¹⁰ a presença de um carisma semelhante ao dos antigos profetas (Lc 1,70; At 2,24). As cartas do apóstolo Paulo circulavam entre as comunidades, eram lidas e refletidas ali, conforme elas próprias nos informam (Cl 4,16; 1Ts 5,27).

Depois de considerarmos a revelação de Deus para a humanidade por livre iniciativa e por amor – ele inspirou homens e mulheres ao longo da história para registrarem a experiência religiosa que o povo fez com ele, nos diversos momentos da

⁹ CONCÍLIO VATICANO II, Constituição Dogmática *Dei Verbum*, p. 15.

¹⁰ At 11,27; 13,1; 1Cor 12,28; 14,37; Ef 4,11.

história –, vamos, então, conhecer a Bíblia como obra literária, que, nas suas formas e figuras de linguagem, registra as experiências sagradas vividas pelo povo, inspiradoras da sua prática hoje.

1.3. Magistério da Igreja Católica sobre a Bíblia

O magistério da Igreja teve zelo pela Bíblia desde os inícios da Igreja, quando seus escritos eram conservados e guardados com o maior cuidado, em continuidade à tradição judaica. Com as crises que a Igreja viveu no tempo da Reforma Protestante, arrefeceu o estudo bíblico, e gradativamente foi dada maior atenção à devoção e piedade popular, por meio de novenas, trezenas, procissões, embora nunca se tenha abandonado as Escrituras, porque elas sempre estiveram presentes nas celebrações litúrgicas. Porém, não houve grande incentivo para o estudo e a leitura da Bíblia em meio ao povo.

Ainda antes do Concílio Vaticano II, com a fundação do Pontifício Instituto Bíblico, que nasceu em 1909 a pedido do papa Pio X, deu-se novo impulso à Igreja para promover com eficácia o estudo bíblico e todos os estudos afins; entre eles, os estudos não só das línguas bíblicas: hebraico, aramaico e grego, como também das línguas orientais que colaboraram na transmissão e no ensino da Bíblia. O Papa confiou à Companhia de Jesus, ou seja, aos jesuítas, essa responsabilidade.

A finalidade para a qual nasceu o Pontifício Instituto Bíblico pode ajudar-nos a entender a sua importância: cultivar e promover a pesquisa científica, as disciplinas bíblicas e orientais; oferecer aos estudantes as disciplinas relacionadas, em particular, às línguas bíblicas e uma adequada preparação de pesquisa científica para o ensino e a difusão da Bíblia e de disciplinas afins; favorecer à Sagrada Escritura que tenha uma função sempre mais ativa no estudo da teologia, no

ministério pastoral, no diálogo ecumênico, na liturgia e na vida dos cristãos.

A Bíblia de Jerusalém é fruto desse esforço da Igreja; a sua primeira edição de 1956 foi a primeira obra exegética que pôde falar abertamente, e com *imprimatur*, da Hipótese Documentária na Igreja Católica, fruto dos estudos bíblicos. Pouco a pouco, foi fazendo estrada a ideia de que a interpretação crítica e científica da Bíblia não ameaçava o *depositum fidei*, como já tinha constatado Julius Wellhausen:

Tornei-me um teólogo porque me interessava por uma abordagem científica da Bíblia. Só com o passar do tempo fui compreender que um professor de teologia também possui o dever de preparar os estudantes para o ministério pastoral na igreja protestante de forma prática. Compreendi também que eu não era o mais indicado para tal incumbência, mas que, ao contrário, apesar de toda a cautela da minha parte, acabava desqualificando meus ouvintes para seu futuro ofício.¹¹

Ao contrário, a interpretação crítica da Bíblia, acolhendo o avanço da pesquisa bíblica, arqueológica, histórica e o que há de melhor nas ciências humanas, promove a compreensão adulta e responsável dos textos bíblicos sobre os quais se funda a comunidade eclesial. Vários documentos pontifícios importantes estimulam o estudo crítico da Bíblia. São eles: as encíclicas *Providentissimus Deus*, do papa Leão XIII, de 1893, e *Divino Afflante Spiritu*, do papa Pio XII, de 1943; e os documentos *Dei Verbum*, do Concílio Vaticano II, de 18/11/1965 e *A interpretação da Bíblia na Igreja*, da Pontifícia Comissão Bíblica, de 1993.

¹¹ WELLHAUSEN, J., apud ODEN JR., R. A. *The Bible without Theology*. New York: Harper and Row, 1987.

Nesses documentos, a Igreja Católica reconhece o “direito de cidadania” à leitura crítica da Bíblia. A *Divino Afflante Spiritu*, a *Dei Verbum* e a *Palavra de Deus* falam, sobretudo, da legitimidade de uma leitura baseada nos gêneros literários. O documento da Pontifícia Comissão Bíblica, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, enumera uma longa série de métodos que permitem uma compreensão sensata dos textos bíblicos. Esse documento critica, com firmeza, um único tipo de leitura: a interpretação fundamentalista e literalista da Bíblia.

A centralidade da Palavra desde as primeiras comunidades cristãs é inquestionável. Na liturgia, sobretudo, ela sempre teve um lugar primordial, mesmo quando houve a Reforma Protestante com Lutero, por volta de 1521. Porém, quando Lutero proclamou o lema *sola Scriptura*, relativiza-se toda a tradição dos pais e mães da fé cristã, ou seja, toda a patrística.

A Igreja Católica optou, então, por não fazer a autocrítica que Lutero propunha e, temendo que a ignorância do povo pudesse levar a interpretações equivocadas dos textos bíblicos, deixou a Bíblia de lado e dedicou-se mais a cultivar nos fiéis as devoções aos santos, novenas, terço e outras expressões da religiosidade popular. Assim, após o Concílio de Trento (1545-1563), a Bíblia ficou privatizada nas mãos dos padres e bispos. Interrompeu-se o movimento de democratização e de acesso à Bíblia empreendido por São Jerônimo, que a traduziu para o latim, a Vulgata, colocando-a na língua do povo. Do mesmo modo, também nos estudos teológicos, a Bíblia ocupava um lugar periférico até o Concílio Vaticano II (1962-1965).

O primeiro documento oficial da Igreja Católica admitindo e animando a leitura crítica da Bíblia surgiu no final do século XIX, em 1893, o que denota que, durante muitos séculos, houve pouco incentivo ao seu estudo por parte da Igreja em relação aos seus fiéis. O problema é que incentivar uma leitura crítica da Bíblia leva à formação de pessoas cristãs críticas e

criativas, não infantilizadas, e que certamente irão exigir a partilha do poder religioso e o exercício de cidadania nos destinos da Igreja. Manter o outro na ignorância ou na ingenuidade é também uma forma de controlar e exercer poder e dominação.

Encíclica Providentissimus Deus, do papa de Leão XIII, de 1893

O papa Leão XIII estava muito atento aos problemas que surgiram no final do século XIX, sobretudo aos questionamentos de grupos intelectuais sobre questões sociais, religiosas e no campo bíblico. Ele publicou a encíclica *Rerum Novarum* [Das coisas novas]¹² sobre as questões sociais e a encíclica sobre os estudos da Bíblia *Providentissimus Deus* [Deus providentíssimo] publicada em 18 de novembro de 1893. Esse documento nasceu em uma época marcada por polêmicas e ataques contra a Igreja. A exegese liberal trazia um apoio importante, porque utilizava todos os recursos das ciências, desde a crítica textual até a geologia, passando pela filologia, pela crítica literária, pela história das religiões, pela arqueologia e por outras áreas das ciências.

A encíclica *Providentissimus Deus* quer proteger a interpretação católica da Bíblia contra os ataques da ciência racionalista. Ela “convida os exegetas católicos a adquirirem uma verdadeira competência científica, de modo a superarem os seus adversários no terreno dos mesmos”.¹³ O primeiro meio de defesa é o estudo das línguas antigas do Oriente e o exercício da crítica científica. Naquele tempo havia muitos questionamentos sobre a autenticidade, a antiguidade, a integridade e o valor histórico dos livros bíblicos. O papa Leão XIII já havia manifestado a sua

¹² Encíclica do papa Leão XIII, de 15 de maio de 1891, sobre a condição dos operários.

¹³ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. *A interpretação da Bíblia na Igreja: a Palavra vem de Deus e fala de Deus para a salvação do mundo*. São Paulo: Paulinas, 2014. p. 9. (Doc. 33).

constante preocupação com os problemas relativos aos textos bíblicos, com diversas intervenções, e, em 1902, criou a Comissão Bíblica. Por sua vez, o papa Pio X fundou, em 1909, o Pontifício Instituto Bíblico e, em 1920, o papa Bento XV celebrou o milésimo quinquagésimo aniversário da morte de São Jerônimo, com a encíclica sobre a interpretação da Bíblia.

Encíclica Divino Afflante Spiritu, do papa Pio XII, de 1943

Para celebrar o cinquentenário da encíclica *Providentissimus Deus*, o papa Pio XII escreveu, em 1943, a encíclica *Divino Afflante Spiritu* [Inspirados pelo Espírito Santo], no contexto da polêmica que surgira, sobretudo, na Itália contra o estudo científico da Bíblia, em razão do aparecimento de um fascículo anônimo advertindo contra um “gravíssimo perigo para a Igreja e para as pessoas: o sistema ‘crítico científico’ no estudo e na interpretação da Sagrada Escritura, os seus desvios funestos e as suas aberrações”.¹⁴

Pio XII já havia usufruído dos benefícios da encíclica *Providentissimus Deus*: “Graças a um maior conhecimento das línguas bíblicas e de tudo o que diz respeito ao Oriente [...] numerosas questões levantadas no tempo de Leão XIII contra a autenticidade, a antiguidade, a integridade e o valor dos livros bíblicos encontram-se hoje esclarecidas e resolvidas”.¹⁵

Portanto, o objetivo da encíclica *Divino Afflante Spiritu* foi defender os exegetas católicos contra os ataques dos que não queriam o uso das ciências para o estudo da Bíblia, mas apenas a interpretação fundamentalista e espiritualista. Sendo assim, a encíclica recomenda aos biblistas o estudo dos gêneros literários como tarefa complexa, necessária e apaixonante.

¹⁴ Ibid., p. 9.

¹⁵ Ibid., p. 10.

Nesse sentido, o documento da Pontifícia Comissão Bíblica, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, de 1993, afirma que os dois documentos, *Providentissimus Deus* e *Divino Afflante Spiritu*, rejeitam o dualismo entre o humano e o divino, entre a investigação científica e o olhar da fé, entre o sentido literal e o espiritual, mostrando ambos plena harmonia entre o estudo crítico dos textos bíblicos e o mistério da encarnação, e toda a revelação divina por meio dos textos bíblicos.

Constituição Dogmática Dei Verbum, do papa Paulo VI, de 1965

Durante o Concílio Vaticano II, em 1965, nasceu a *Dei Verbum* [A Palavra de Deus], Constituição Dogmática do papa Paulo VI, com o objetivo de propor a genuína doutrina sobre a revelação divina e sua transmissão. É um documento relativamente pequeno e muito denso nas suas propostas, feitas em cinco pequenos capítulos sobre a revelação, a transmissão, a inspiração divina, o Antigo Testamento, o Novo Testamento e a Sagrada Escritura na vida da Igreja.

A *Dei Verbum* ressalta a importância do estudo dos gêneros literários: “Para descobrir a intenção dos autores dos textos bíblicos devem ser tidos também em conta, entre outras coisas, ‘os gêneros literários’. Com efeito, a verdade é proposta ora de um modo, ora de outro, segundo se trata de gêneros históricos, proféticos, poéticos ou outros”.¹⁶ Há aí um forte incentivo ao estudo e à pesquisa bíblica.

Documento Interpretação da Bíblia na Igreja, da Pontifícia Comissão Bíblica, de 1993

Por ocasião do centenário da encíclica *Providentissimus Deus*, de 1893, e do cinquentenário da encíclica *Divino Afflante*

¹⁶ CONCÍLIO VATICANO II, Constituição Dogmática *Dei Verbum*, p. 16.

Spiritu, de 1943, a Pontifícia Comissão Bíblica, em 1993, apresentou a *Interpretação da Bíblia na Igreja* com o objetivo de “indicar os caminhos que convém tomar para chegar a uma interpretação da Bíblia que seja tão fiel quanto possível a seu caráter ao mesmo tempo humano e divino”. O que a Comissão deseja é:

Examinar os métodos suscetíveis de contribuir com eficácia a valorizar todas as riquezas contidas nos textos bíblicos, a fim de que a Palavra de Deus possa tornar-se sempre mais o alimento espiritual dos membros de seu povo, a fonte para eles de uma vida de fé, de esperança e de amor, assim como uma luz para toda a humanidade.¹⁷

Para alcançar esse objetivo, o documento se apresenta em quatro capítulos: 1. Uma breve descrição dos diversos métodos e abordagens de leitura bíblica, indicando suas possibilidades e seus limites; 2. Algumas questões de hermenêutica; 3. As características da interpretação católica da Bíblia e sua relação interdisciplinar com as outras disciplinas teológicas; 4. O lugar que a interpretação da Bíblia ocupa na vida da Igreja.

Portanto, a *Interpretação da Bíblia na Igreja* é muito importante para o estudo da Bíblia como obra literária, dando uma abertura muito grande aos estudiosos da Bíblia e aos fiéis para pesquisarem e questionarem os diferentes textos, percebendo neles rupturas, junções, imperfeições e até contradições, sob o ponto de vista literário, para compreender melhor a mensagem transmitida por meio das formas e dos gêneros literários presentes na Bíblia, sem minimizar a sua dimensão sagrada.

¹⁷ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, p. 36.

Exortação Apostólica Pós-sinodal Verbum Domini, do papa Bento XVI, de 2008

Em 2008, foi publicada a Exortação Apostólica Pós-sinodal *Verbum Domini* [Palavra de Deus], do papa Bento XVI. Após sua introdução, o documento se apresenta em três partes:

- na primeira parte, a *Verbum Domini* apresenta a iniciativa de Deus que fala ao ser humano, a resposta humana a Deus que fala e a hermenêutica da Sagrada Escritura na Igreja;
- na segunda parte, *Verbum in Ecclesia* [Palavra na Igreja] trata da Palavra de Deus e da Igreja; da liturgia como o lugar privilegiado da Palavra de Deus; e da Palavra de Deus na vida eclesial;
- na terceira parte, *Verbum Mundo* (Palavra no mundo) aborda a missão da Igreja de anunciar a Palavra de Deus ao mundo; a Palavra de Deus e o compromisso no mundo; a Palavra de Deus e as culturas; a Palavra de Deus e o diálogo inter-religioso;
- na conclusão, Maria é mostrada como a Mãe da Palavra e a Mãe da alegria.

Na mensagem ao povo de Deus, no final da XII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, concluiu-se que: A *Voz* da Palavra é a revelação; o *Rosto* da Palavra é Jesus Cristo; a *Casa* da Palavra é a Igreja; e, por último, a *Estrada* da Palavra é a missão, a Igreja em saída, como quer o papa Francisco.

Exortação Apostólica Evangelii Gaudium, do papa Francisco, de 2013

No início da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* [Alegria do Evangelho], o papa Francisco indica o objetivo do

documento: “Quero, com esta Exortação, dirigir-me aos fiéis cristãos a fim de convidá-los para uma nova etapa evangelizadora marcada por essa alegria e indicar caminhos para o percurso da Igreja nos próximos anos”.¹⁸

Em cinco capítulos, o documento apresenta: 1º A transformação missionária da Igreja; 2º A crise do compromisso comunitário; 3º O anúncio do Evangelho; 4º A dimensão social da evangelização; 5º Evangelizadores com espírito. O Papa termina o documento dedicando os últimos números a Maria, a Mãe da evangelização. Ele não hesita em afirmar que: “É importante que o povo de Deus seja educado e formado claramente para se abeirar das Sagradas Escrituras na sua relação com a tradição viva da Igreja, reconhecendo nelas a própria Palavra de Deus”.¹⁹

Prestemos atenção a algumas afirmações do papa Francisco na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*:

Se a dimensão social da evangelização não for devidamente explicitada, corre-se o risco de desfigurar o sentido autêntico e integral da missão evangelizadora (n. 176).

Prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças. Não quero uma Igreja preocupada com ser o centro, e que acaba presa em um emaranhado de obsessões e procedimentos (n. 49).

Além de ser pobre e para os pobres, a Igreja desejada por Francisco é corajosa em denunciar o atual sistema econômico

¹⁸ FRANCISCO, Papa. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*. São Paulo: Paulinas, 2013. p. 3.

¹⁹ *Ibid.*, p. 40.

“injusto na sua raiz” (n. 59). Como disse João Paulo II, a Igreja “não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça” (n. 183).

O papa Francisco critica o atual sistema econômico, “esta economia que mata”, porque prevalece a “lei do mais forte”. Ele volta à cultura do “descartável” que criou “algo novo” e dramático: “Os excluídos não são ‘explorados’, mas resíduos, ‘sobras’” (n. 53). Insiste que, enquanto não se resolverem radicalmente os problemas dos pobres, renunciando “à autonomia absoluta dos mercados e da especulação financeira e atacando as causas estruturais da desigualdade social, não se resolverão os problemas do mundo e, em definitivo, problema algum”. E indica na “desigualdade social” as raízes dos males sociais.

O Papa profetiza que a Igreja não pode ficar indiferente a tais injustiças. A economia não pode mais recorrer a remédios que são um novo veneno, como quando se pretende aumentar a rentabilidade reduzindo o mercado de trabalho e criando assim novos excluídos. Ele dedica páginas à denúncia da “nova tirania invisível, às vezes virtual”, em que vivemos um “mercado divinizado”, em que reinam a “especulação financeira”, a “corrupção ramificada”, a “evasão fiscal egoísta” (n. 56).

Conclusão

Neste primeiro capítulo, considerou-se importante, antes de iniciar o estudo sobre as formas literárias presentes na Bíblia, oferecer algumas noções sobre revelação, inspiração divina e o magistério da Igreja. A revelação divina ultrapassa o texto bíblico e se manifesta no universo e na história da caminhada do povo de Deus, cuja experiência está descrita no Primeiro e depois no Segundo Testamento bíblico. Guardiã dessa tradição, a Igreja reconhece a sacralidade das Sagradas Escrituras, em que Deus se revela na história de forma intensa, por meio de

palavras, gestos e ações na caminhada de libertação do povo israelita, servindo-se da mediação de homens e mulheres para comunicar a mensagem da salvação, que chegou ao seu auge com a encarnação de Jesus no seio da Virgem Maria. Ele nos revelou o Pai e o Espírito Santo, na realização do seu projeto: “Eu vim para que tenham vida e vida em abundância” (Jo 10,10).

Essas Escrituras são inspiradas por Deus, que respeitou as condições humanas e as formas literárias do seu tempo para nos comunicar a mensagem da salvação. Deus confiou a missão de levar adiante essa mensagem a sua Igreja, o povo de Deus. Ainda que o povo de Deus tivesse consciência da sua missão, ela viveu ao longo da história altos e baixos, crises como a do tempo da Reforma Protestante (1517), quando a Bíblia ficou em segundo plano. Contudo, ela retomou, com vigor, a centralidade da Palavra na sua evangelização, desde o Concílio Vaticano II, e escancarou as portas para que a Palavra dinamizasse toda a vida eclesial. Desde o Concílio Vaticano II, nasceram diversos documentos sobre os textos bíblicos, que são de suma importância para dinamizar ainda mais a vida da Igreja, como se viu acima. O documento *A interpretação da Bíblia na Igreja*, de 1993, traz uma afirmação comprometedora:

O modo de interpretar os textos bíblicos para os homens e as mulheres de hoje tem consequências diretas sobre a relação pessoal e comunitária dos mesmos com Deus, e está também estreitamente ligado à missão da Igreja. Trata-se de um problema vital, que merece toda a nossa atenção.²⁰

Faz-se necessária, portanto, uma preparação adequada das lideranças leigas para trabalhar com os textos bíblicos, colaborando efetivamente na formação do povo de Deus, cuja responsabilidade é muito grande, pois, como afirma o documento,

²⁰ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, p. 6.

o trabalho pode interferir “na relação pessoal e comunitária das pessoas com Deus”, e esta implica a prática pessoal e comunitária em prol do Reino. Daí a importância de se conhecerem também as formas e os gêneros literários para respeitar e, ao mesmo tempo, colher melhor a mensagem do texto que foi revelado por Deus, acolhido e transmitido por homens e mulheres inspirados pelo Espírito Santo, e hoje assegurado pelo magistério da Igreja.